

A FORMAÇÃO DAS AUXILIARES DE CLASSE DA EDUCAÇÃO INFANTIL: perspectiva do/sobre o “não lugar” profissional

LIVIA KAREN FIGUEREDO DE JESUS
Universidade Federal da Bahia- UFBA

LUCIA GRACIA FERREIRA
Universidade Federal da Bahia - UFBA

Resumo:

Este artigo objetiva analisar o “não lugar” profissional das auxiliares de classe, considerando os aspectos formativos. No âmbito da Educação Infantil o cuidar e o educar constitui um binômio indissociável, não sendo possível a realização de um sem considerar o outro. A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica, portanto, como definido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) é o professor o responsável pelo trabalho no contexto da sala de aula, este se constitui o lugar profissional dele. Entretanto nas instituições para atendimento da infância tem surgido uma outra função que é a de auxiliar e classe, fato este que culminou na constituição de um “não lugar” profissional. Este estudo está inserido no âmbito das pesquisas qualitativas, e teve os dados produzidos a partir da narrativa de sete auxiliares de classe que atuam em dois municípios baianos. A sala de aula é o lugar profissional do professor, de maneira mais específica, para a educação infantil, do Pedagogo, e ele é o profissional habilitado para atuar nesta etapa. Através da questão do lugar profissional temos ainda a questão da formação exigida para ser auxiliar, pois não há uma formação específica para a realização de tal função, então, tem-se exigido a formação do professor em nível médio, que é o curso de magistério, já extinto. Diante do exposto, não há, neste momento, a possibilidade de considerarmos algum lugar profissional para essas trabalhadoras, tendo em vista que não há formação específica para os auxiliares de classe.

3688

Palavras-chave: Auxiliares de classe. Formação. “Não Lugar” profissional.

Abstract:

This article aims to analyze the professional “non-place” of classroom assistants, considering the training aspects. In the scope of Early Childhood Education, caring and educating constitute an inseparable binomial, and it is not possible to carry out one without considering the other. Early Childhood Education is the first stage of Basic Education, therefore, as defined by the National Education Guidelines and Bases Law (LDB), the teacher is responsible for the work in the classroom context, this constitutes his professional role. However, in institutions for child care, another role has emerged, which is that of assistant and class, a fact that has culminated in the constitution of a professional “non-place”. This study is part of qualitative research, and had data produced from the narrative of seven class assistants who work in two municipalities in Bahia. The classroom is the professional place of the teacher, more specifically, for early childhood education, of the Pedagogue, and he is the qualified professional to work at this stage. Linked to the issue of professional position, we also have the issue of the training required to be an assistant, as there is no specific training to carry out such a role, so teacher training has been required at a secondary level, which is the teaching course, now extinct. In view of the above, there is, at this moment, no possibility of considering any professional place for these workers, considering that there is no specific training for class assistants.

Keywords: Class assistants. Professional “No Place”. Training.

Palavras iniciais

O texto aqui apresentado é fruto de um estudo realizado no ano de 2020 no contexto do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal da Bahia e que teve como objetivo “analisar a constituição do “não lugar” profissional e a origem dos saberes utilizados pelas auxiliares de classe¹ da Educação infantil, articulando as possíveis políticas públicas.” A proposta dessa pesquisa surgiu dos resultados da investigação realizada por Jesus (2018), que indicou a existência de um “não lugar” profissional marcado pela não identidade das mulheres que desempenham a função de auxiliar de classe, bem como uma indefinição na origem dos saberes necessários para a realização da função.

No âmbito da Educação Infantil o cuidar e o educar constitui um binômio indissociável, não tendo a possibilidade da realização de um sem considerar o outro. Desse modo, o profissional habilitado que trabalha no Centro de Educação Infantil (CEI) deve realizar as atividades relativas tanto ao cuidado quanto a educação.

E sendo a Educação Infantil a primeira etapa da Educação Básica e, portanto, como definido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) é o professor o responsável pelo trabalho no contexto da sala de aula, este se constitui o lugar profissional dele. Ainda, de acordo com a lei, é necessária a formação em Pedagogia para que o indivíduo possa estar em sala como docente. Entretanto, nas instituições, para atendimento da infância tem surgido uma outra função que é a de auxiliar e classe, fato este que culminou na constituição de um “não lugar” profissional.

Diante de tal realidade o presente texto tem por objetivo fazer uma análise dos aspectos formativos no que tange o desenvolvimento das atividades da função de auxiliar de classe considerando o “não lugar” profissional, visando assim, provocar reflexões e levantar discussões com a pretensão de construir novos conhecimentos sobre a temática.

No que tange os aspectos estruturais, o texto está organizado da seguinte maneira: inicialmente apresentaremos o aporte teórico, em seguida o percurso trilhado para o desenvolvimento da pesquisa, posteriormente apresentaremos o desenvolvimento com dados, e por fim, as palavras finais.

¹ Ao longo do texto utilizaremos a nomenclatura Auxiliares de classe, mas essa função apresenta uma variedade de nomenclaturas tais como: monitora, assistente de classe, auxiliar do desenvolvimento infantil, etc.

As auxiliares de classe² na educação infantil: a formação e o “não lugar”

Enquanto instituição educativa o CEI possui condições específicas e diferenciadas das demais instituições que tenham o educar como função, pois, ao lidar com bebês e crianças pequenas os profissionais além do educar tem que realizar o desenvolvimento de atividades ligadas ao cuidar. Desse modo, no âmbito dos CEIs o cuidar e o educar são indissociáveis. Sendo esta associação presente desde o surgimento das creches, pois, mesmo tendo um caráter assistencialista em que a proteção e o cuidado com as crianças eram o foco, tinha-se presente os atos educativos, mas eles eram mais voltados para os aspectos morais e culturais (Azevedo, 2013).

Diante desta não separação do desenvolvimento das atividades de educar e cuidar os profissionais que são responsáveis pelo trabalho direto com as crianças devem desenvolver tanto as atividades de cuidado quanto as educativas, além de ter ciência de que ambas ocorrem concomitantemente e que tem fundamental importância para o desenvolvimento infantil.

Considerando que a Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica, esta tem seu funcionamento regido pela LDB, que foi promulgada através da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. E de acordo com o artigo 61 da LDB o professor é o profissional habilitado para atuar nesta etapa da educação. Deste modo, temos definida a sala de aula como lugar profissional do professor, de maneira mais específica do Pedagogo, pois estamos tratando da Educação Infantil e ele é o profissional habilitado para atuar nesta etapa.

Mesmo com esta demarcação da sala de aula como lugar profissional do professor, tem sido possível observar o surgimento de uma função que é a das auxiliares de classe. E com este surgimento há a divisão entre as atividades de cuidado e educativas, ficando a cargo das auxiliares o cuidado. Essa divisão reforça uma hierarquia entre professoras e auxiliares. Acerca disso Fulvia Rosemberg (1994, p.54), afirma que “esta hierarquia entre professora e monitora, que gera uma divisão de tarefas no cotidiano do atendimento (uma educa e outra cuida), tem sido rejeitada por suas consequências nefastas para as crianças”.

Além disso, tal divisão, influencia diretamente a construção dos aspectos de reconhecimento e autorreconhecimento profissional das mulheres que desempenham a função de auxiliar, e que, por vezes, tem contribuído de forma negativa para esta construção, pois no estudo de Jesus (2018) há indicativo da construção de um não lugar profissional constituído pelas auxiliares. Esse não lugar surge da indefinição identitária, isto porque, o não lugar surge

² Utilizaremos gramaticalmente o gênero feminino, pois existe uma predominância de mulheres atuando na função.

da não identidade relacionada a um lugar (Augé,1994), que aqui é profissional. Também é valido considerarmos que não há a possibilidade de estabelecimento de uma relação identitária das auxiliares com a sala de atendimento das creches, enquanto lugar profissional sendo este o lugar profissional de outrem, no caso, do professor.

A falta do autorreconhecimento é um fator essencial para pensarmos e buscarmos dados para compreendermos a construção do “não lugar” profissional das auxiliares de classe, mas ele não é o único. Entre os muitos fatos encontramos a função de auxiliar como oportunidade de emprego, algo provisório, o que leva a ideia que tal função nunca é vista como uma primeira opção. Acerca da opção ou da não opção, Cerisara (2002, p. 42) assegura que:

As auxiliares de sala parecem estabelecer uma relação com um emprego ou um trabalho, sem que tenha existido uma idéia de carreira a ser seguida, alcançada, ou que tenha sido estabelecida como meta viável para suas vidas. Entrar para o mercado de trabalho não parece vinculado à idéia do exercício de uma profissão (Cerisara 2002, p.42).

Ser auxiliar, como apontado pela autora, tem sido uma alternativa, algo transitório, marcado pelo não ser e sim pelo estar (Jesus, 2018). Quanto a ideia de exercício enquanto profissão, que Cerisara (2002) afirma, realmente não há esta possibilidade, pois, auxiliar de classe não é uma profissão, pois não se enquadra nos critérios definição do que é profissão, e não é regulamentada como ocupação pela Classificação Brasileira de Ocupações, sendo assim não pode ser considerada como profissão nem como ocupação, conforme pode ser verificado no site do Ministério do Trabalho.

3691

Arelado a questão do lugar profissional temos ainda a questão da formação exigida para ser auxiliar, pois não há registro de uma formação específica para a realização de tal função. Então tem-se exigido a formação do professor em nível médio, que é o curso de magistério, já extinto. Tal exigência pode ser observada nas figuras abaixo:

Figura 1 - Descrição da Vaga Ofertada para Concurso

Assistente de Classe	40hs	Participar do planejamento, executar e avaliar atividades educacionais no âmbito da educação infantil (creche) da Secretaria Municipal da Educação, em consonância com normas e critérios do planejamento nacional da educação e dos planos estadual e municipal.	Certificado, devidamente registrado, de conclusão de curso de ensino médio (antigo 2.º grau), em magistério, expedido por instituição de ensino, reconhecida pelo Ministério da Educação.	R\$ 622,00	15	30
----------------------	------	---	---	------------	----	----

Fonte: Edital nº 001/2012. (Amargosa, 2012)

Figura 2 - Descrição da Vaga Ofertada para Concurso

Cargo: Assistente de Classe		Código do cargo: 021		Carga horária: 40h semanais
Vagas				
		Não deficientes	Portadores de deficiência	Negros
Remuneração: R\$ 795,63	Valor da taxa de Inscrição R\$ 50,00	1	---	---
Síntese das Atividades: Participar do planejamento, executar e avaliar atividades educacionais no âmbito da educação infantil (creche) da Secretaria Municipal da Educação, em consonância com normas e critérios do planejamento nacional da educação e dos planos estadual e municipal.				
Pré-requisitos exigidos: Certificado, devidamente registrado, de conclusão de curso de ensino médio (antigo 2.º grau), em magistério, expedido por instituição de ensino, reconhecida pelo Ministério da Educação.				

Fonte: Edital nº 003/2015 (Amargosa, 2015)

Nas figuras 1 e 2 temos a descrição da vaga ofertada para concurso público sendo para assistente de classe na Prefeitura Municipal de Amargosa-BA. Ao observarmos as exigências podemos notar que o magistério é a formação exigida. Entretanto, o magistério é a formação mínima permitida e obrigatória para professores até o ano de 2021 que é o ano que estabelecido no Plano Nacional de Educação vigente que tem como meta 15 a asseguaração de que todos os professores da Educação Básica sejam licenciados. Sendo assim, o magistério não poderia ser exigido para outro cargo, neste caso, para auxiliar de classe, uma vez que esta é a formação exigida para o professor e não é esse cargo que está sendo ofertado.

3692

Também podemos encontrar outras formações exigidas, conforme figura 3 abaixo, que traz uma descrição das atribuições e requisitos para o cargo de auxiliar do desenvolvimento infantil. Tais atribuições foram encontradas em uma publicação do Diário Oficial da Prefeitura Municipal de Conceição da Feira-BA que tinha por objetivo divulgar as vagas disponíveis para concurso público.

Figura 3 - Descrição das atribuições do cargo

7 - AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL: acompanhando a criança nas refeições e promovendo a sua autonomia; cuidar da higiene da criança e facilitar a aquisição destes hábitos de saúde; estabelecer rotinas de sono adequadas à idade de cada criança; estar atento aos sintomas de alteração de saúde que podem ocorrer nas crianças, encaminhando para as unidades de saúde próprias, sempre que se justifique; prevenir acidentes e socorrer a criança, de forma adequada em qualquer acidente infantil; desenvolver atividades que promovam vivências infantis ricas do ponto de vista: sensorial, motor, cognitivo, afetivo e social; ser modelo de bons hábitos, comportamentos e atitudes para a promoção dos mesmos, por parte das crianças; reforçar a criança nas suas aprendizagens, oferecendo-lhe segurança, apoio e estímulo para que desenvolva todas as suas capacidades da melhor forma possível; procurar os materiais e recursos tecnológicos úteis ao desenvolvimento de atividades adequadas às crianças; promover jogos, brincadeiras e atividades plásticas, literárias e musicais de interesse para as crianças; auxiliar a brincadeiras com e entre as crianças; participar ativamente nas atividades de animação desenvolvidas pelos animadores, em contexto escolar e de tempos livres; garantir a segurança e o desenvolvimento saudável de crianças em situação de risco social e com Necessidades Educativas Especiais; participar proativamente nas instituições, como elemento da equipa educativa, assegurando a melhor atenção à criança e família; apoiar os elementos da equipa educativa, nas suas tarefas, e dar resposta às necessidades das crianças e famílias, na ausência de cada elemento.

Requisitos: Certificado de Conclusão do Ensino Médio, de instituição reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC); experiência mínima de 02 (dois) anos em Educação Infantil.

Fonte: Diário Oficial de Conceição da Feira Ano IX, N° 01407

A partir da imagem pode-se observar as atividades que deverão ser desenvolvidas pela pessoa que ocupará a função e na parte inferior da imagem podemos observar os requisitos que é o Ensino Médio Completo e a experiência mínima de 02 (dois) anos na Educação Infantil. Neste caso, diferente do que é apresentado nas figuras 1 e 2, não é solicitado o magistério, que é a formação para professor, ou seja, é pré-requisito uma formação geral e associada a ela a experiência mínima de 2 anos. Uma vez que o cuidar e educar é atribuição do docente como já afirmado. De acordo com o artigo 62 da LDB, todo profissional que trabalha em sala de aula deve ser preferencialmente, licenciado, assim, a atuação dos sujeitos que exercem tais funções sem serem professores e sem formação adequada pode ser configurada com um descumprimento da LDB e precarização do trabalho na Educação Infantil.

Um fator importante para a exigência da formação na primeira etapa da Educação Básica é a construção e consolidação da educação pública de qualidade, pois, no atual cenário educacional, a formação de professores ocupa lugar estratégico para a melhoria da educação pública. Entretanto, Azzi (2008), aponta que ela não deve se dar afastada de outras ações das políticas públicas, que indiquem melhores condições de trabalho.

Percurso metodológico

Este estudo foi desenvolvido a partir da perspectiva das pesquisas que se delimitam a partir de uma abordagem qualitativa entendendo estas como “[...] uma atividade sistemática orientada à compreensão em profundidade de fenômenos educativos e sociais” (Sandín Esteban, 2010, p.127). Esta escolha se deu por estarmos tratando de fenômenos educacionais que não podem ser mensurados. É importante destacar ainda que a produção dos dados ocorreu por meio das palavras e narrativas das colaboradoras e não através dados controláveis por meio de experimentos e cálculos numéricos o que se enquadra com umas das características desta abordagem de estudo científico. Com relação aos objetivos da pesquisa ela se constitui como exploratória, pois almejávamos a produção de conceitos e conseqüentemente de conhecimentos acerca do fenômeno (Gil, 2008).

Os *lócus* do estudo foram dois municípios baianos pertencentes aos territórios de identidade Médio Sudoeste da Bahia (08) e Vale do Jiquiriça (09). A escolha do município de Itapetinga foi feita com base na inexistência do cargo de auxiliar de classe, mas com a existência da função, que é realizada por servidoras públicas concursadas que tem atuado em desvio de

função. Já o município de Amargosa, dispõe do cargo de assistente de classe, instituído através do cargo em concurso público. Essa diferença oportunizou a produção de dados com experiências laborais e situações diversa. Dessa forma, por apresentar essas características que divergiam os dados apresentaram elementos característico de cada realidade investigada. Por outro lado, mesmo com as diferenças, havia aspectos similares no desenvolvimento das atividades de auxiliares.

As colaboradoras do estudo foram trabalhadores com vínculo empregatício efetivo no serviço público, que atuavam na função de auxiliar de classe, em creches públicas. O primeiro contato foi realizado através de ligações telefônicas e mensagens de *Whatsapp*, com três possíveis colaboradoras de cada município, com base nas informações passadas pelas equipes gestoras das instituições de Educação Infantil (creches) dos municípios de Amargosa e Itapetinga. Após alguns contatos e a definição de seis colaboradoras, foi incluído mais um colaborador, pois se tratava de auxiliar de classe do sexo masculino e tal condição traria mais aspectos acerca do fenômeno. Desse modo, contamos com sete colaboradoras, sendo quatro do primeiro município citado e três do segundo e do total apenas um era do sexo masculino. A

A escolha dos instrumentos de produção dos dados buscou atender as necessidades colocadas pelos objetivos que norteavam o estudo. Optamos por utilizar a entrevista na modalidade de narrativa com a finalidade de escutar a experiência das colaboradoras com foco em três eixos principais: Aspectos da história de vida, Formação e Saberes e Atuação e “não lugar” profissional. No primeiro eixo tivemos a intenção de conhecer as colaboradoras a partir dos elementos que eles revelassem, tendo como foco a sua história de vida, além do processo para tornar-se auxiliar de classe e os sentimentos com relação a sua função; O segundo apresenta um desvelamento dos saberes mobilizados e a origem destes; com o terceiro procurou-se entender aspectos que compunha o cotidiano no desenvolvimento da função e identificação de possíveis elementos que confirmam o “não lugar” profissional. E como foco nesse artigo tomaremos como base o segundo eixo.

Devido a Pandemia causada pelo coronavírus (SARS-COV-2), que ocasionou diversas mudanças no modo de vida e das relações sociais no ano de 2020, o contato com os possíveis participantes deste estudo ocorreu através de ligação telefônica e virtualmente através do aplicativo *WhatsApp*. Deste mesmo modo, permaneceram os contatos posteriores a partir do aceite das auxiliares de classe para colaborar com a pesquisa. Com isso, após serem instruídos, os participantes foram convidados para assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, este, posteriormente foi enviado digitalizado por e-mail. Desse modo, após contato com os

participantes, agendamos as entrevistas de forma individual e respeitando disponibilidade de cada um.

A partir da realidade do período pandêmico, com restrição da circulação e contato social por conta da crise sanitária, realizamos as entrevistas através da plataforma *online Google meet* e do aplicativo *WhatsApp*, entre os meses de novembro e dezembro do ano de 2020. Solicitamos autorização para que as narrativas fossem gravadas e transcritas posteriormente para garantir que não haveria perdas dos dados produzidos. Após a aceite para gravação, solicitamos a escolha de um nome fictício para cada colaboradora para que os identificaria no estudo, e formam eles: Vânia, Vitória, Julieta, Demétrius, Iracy, Catarina e Sabrina, tal cuidado foi preciso como forma de garantir o anonimato das participantes.

Após a realização de todos os encontros virtuais, foram feitas as transcrições dos áudios capturados e iniciamos a catalogação dos dados. Primeiro fizemos a leitura de todas as transcrições, configurando-se como a primeira etapa da técnica de análise de conteúdo, que foi a técnica de análise utilizada para a realização do estudo e definida por Bardin (2010), como pré-análise. Na sequência, realizamos a exploração do material, com leituras mais analíticas e marcação de trechos narrativos para categorização. Por último, realizamos a etapa que remete ao tratamento dos resultados obtidos e sua interpretação, o que nos possibilitou realizar diálogos com o tema em estudo. Desse modo, a análise de dados se deu a partir do confronto das falas das colaboradoras e da base teórica que fundamenta o estudo.

3695

Qual a formação que têm as trabalhadoras que atuam como auxiliares de classe?

A indefinição acerca da função de auxiliar de classe reverbera na questão da formação, uma vez que não há uma delimitação legal da função, ou seja, não existe determinações do que é preciso para ser auxiliar, não existe uma formação que habilite legalmente o indivíduo para tal. Essa condição nos levou a indagarmos as colaboradoras sobre seus processos formativos e assim tivemos as seguintes informações:

Quadro 1- Perfil formativo dos colaboradores da pesquisa

Colaboradores	Formação
Vânia	Graduada em Pedagogia. Especialista em Educação Infantil
Sabrina	Graduada em Pedagogia
Vitória	Magistério (Ensino Médio). Graduada em Pedagogia
Julieta	Magistério (Ensino Médio). Graduada em Pedagogia
Demétrius	Magistério (Ensino Médio). Graduação em Pedagogia em andamento
Catarina	Magistério (Ensino Médio)
Iracy	Magistério (Ensino Médio)

Fonte: Jesus (2021)

Ao analisarmos os dados contidos no quadro 1 é possível identificarmos que todas as trabalhadoras possuem a formação adequada para atuarem como docentes, pois se adequam ao que é definido na LDB no artigo 62, sendo que Vânia, Sabrina, Vitória e Julieta já atendem inclusive a meta 15 do Plano Nacional de Educação. Além delas Demétrius também estava no processo de concluir a graduação em Pedagogia o que aponta a busca por aperfeiçoamento e uma mudança de condição de vida, pois ao longo da sua narrativa ele afirmou que desejava atuar como docente. No entanto, a formação que possuíam não garantiu a ocupação do lugar profissional da docência, pois ela é requisito fundamental para a atuação como profissional e a ocupação de um lugar, contudo possuir a formação não garante a ocupação deste lugar, pois:

[...] não se trata apenas de ter ou não formação acadêmico-profissional, ter ou não saberes para atuar com este público da Educação Infantil, ter ou não saberes plurais, heterogêneos, experienciais; porque tudo isso remete as relações de poder. De quem tem formação para saber e/ou sabe, mas pelo lugar profissional ou não que ocupa não lhe é permitido “saber” e/ou mostrar que sabe. Assim, é com estes auxiliares, a posição que ocupa não lhes permite demonstrar que sabe, porque a formação que possuem, neste caso, se torna extremamente vantajoso num jogo de poder, que explora destes sujeitos saberes profissionais de uma formação superior que possibilita um trabalho relativamente “qualificado”, por um valor financeiro menor do que o que é pago as pessoas cuja formação é compatível com o cargo que ocupa (Jesus, 2021, p.77).

É exigida das auxiliares de classe uma formação e todo os saberes provenientes do processo, mas não existe a contrapartida do setor público, ou seja, é preciso ter saber de professor, mas você não será contratada como tal. E nesta realidade as trabalhadoras, possuem os saberes pertinentes ao desenvolvimento das atividades de cuidar e educar, uma vez que eles passaram pelo processo formativo, no entanto não são reconhecidas e nem remuneradas como tal, já que recebem menos com relação aos professores e hierarquicamente, ocupa uma posição inferior na relação de poder que se estabelecer dentro do espaço das salas da Educação Infantil, o que interfere diretamente na autonomia do fazer laboral. Acerca desta hierarquização e falta de poder Vânia afirma:

Olha, a diferença [...] é que nós auxiliares aprendemos que quem manda na sala é o professor. Eu entendo que para eles a auxiliar não tem vez na sala (Entrevista- Vânia).

Diante desse elementos e dados são notórias as perdas tanto para as crianças quanto para as trabalhadoras. Para as primeiras temos as perdas referente a ausência de um atendimento voltado para a integralidade o reconhecimento e entendimento da criança com um todo e não a partir de uma cisão: de uma mente que aprende e é educada e de um corpo que é cuidado para a garantia do bem-estar, todo ser humano é um todo e não a junção de duas partes.

Já para as auxiliares de classe que participaram do estudo as perdas extrapolam a esfera do fazer e das atividades cotidianas, devido a não ocupação do lugar profissional do professor. Para as auxiliares que atuam em Amargosa a perda está na exigência formativa para a realização de uma função que se caracteriza como atividade docente, mas não é definida como tal e assim não é remunerada e nem apresenta o mesmo valor social. Para as trabalhadoras de Itapetinga a inexistência do cargo, ainda gera a instabilidade e situações onde não pode haver cobranças, pois não existem documentos legais que regulamentem a função e veladamente as trabalhadoras são silenciadas em suas reivindicações.

Neste contexto se explicita uma precarização do trabalho docente, pois são contratados trabalhadoras para realizar atividades que são responsabilidades de docentes e ao mesmo tempo exigem que estes trabalhadores tem a formação do professor. Diante destes fatos, é imprescindível o fortalecimento da docência na Educação Infantil e o reconhecimento da especificidade da atuação, para garantir que de fato as crianças tenham o atendimento realizado por profissionais capacitados, reconhecidos, remunerados e valorizados como tal.

Palavras finais

Por fim, a partir dos dados apresentados, das especificidades da Educação Infantil, da indissociabilidade do cuidar e do educar e da determinação da LDB acerca do profissional habilitado e da formação necessária para o desenvolvimento do trabalho na sala desta etapa de ensino, não há, neste momento, a possibilidade de considerarmos algum lugar profissional para a auxiliar de classe tendo em vista que não há formação específica para os auxiliares de classe.

O fato da solicitação da formação em magistério para o ingresso no cargo como é solicitado no município de Amargosa, reafirma o lugar profissional da docência na medida que indiretamente diz que o saber proveniente da formação docente é que é capaz de capacitar para atuar no âmbito de espaço educacional. Já o cenário apresentado por Itapetinga, a inexistência do cargo, traz para a invisibilidade da função que põem em risco a garantia do direito das crianças de serem atendidas por pessoas aptas.

Diante do exposto, podemos perceber que as discussões propostas sobre a temática, são necessárias e imprescindíveis, pois as questões formativas impactam diretamente e reforçam a ocupação do “não lugar” profissional pelas auxiliares de classe, que estão inseridas no âmbito de uma instituição educativa e influencia diretamente na oferta da educação pública de qualidade. Desse modo, é importante a construção de uma base teórica que possibilite a

composição de um sistema que respeite as crianças e trabalhadoras e garanta aquilo que é estabelecido por lei, ou seja, profissionais licenciados e condições dignas e adequadas para os trabalhadores.

Referências

AMARGOSA (BA). **Edital n° 001/2012**. Concurso público para provimento de vagas em cargos e formação de cadastro de reserva da prefeitura municipal de Amargosa. Amargosa, 2012.

AMARGOSA (BA). **Edital n° 003/2015**. Concurso público para provimento de cargos permanentes da Prefeitura Municipal de Amargosa e da Câmara Municipal de Amargosa.

AUGÉ, Marc. **Não lugares**: Introdução a uma Antropologia da Supermodernidade. Tradução Maria Lúcia Pereira. Campinas, SP: Papirus, 1994.

AZEVEDO, Heloisa Helena Oliveira de. **Educação Infantil e Formação de Professores**: para além da separação cuidar-educar. 1. ed. – São Paulo: Editora Unesp, 2013.

AZZI, Sandra. Trabalho Docente: Autonomia Didática e Construção do Saber Pedagógico. In: PIMENTA, Selma Garrido (org.). **Saberes Pedagógicos e Atividade Docente**. 6. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2008.

BRASIL. **Listagem das profissões regulamentadas**: normas regulamentadoras. Cadastro Brasileiro de Ocupações. Disponível em:
<http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/regulamentacao.jsf>. Acesso em: 24 fev. 2020.

BRASIL. **Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: [1996]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 03 jan. 2020.

CERISARA, Ana Beatriz. **Professoras de Educação Infantil**: entre o Feminino e o Profissional. São Paulo: Cortez, 2002.

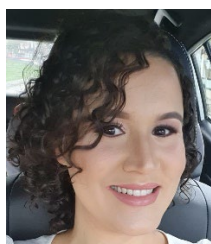
CONCEIÇÃO DA FEIRA (BA). **Diário Oficial do Município**. 11 de março de 2019 – Ano IX - N°01407. Conceição da Feira. Disponível em:
<https://indap.org.br/sistema/admin/downloads/PREFEITURAMUNICIPALDECONCEICAO/DAFEIRAESTADODABAHIAADIARIOOFICIALDOMUNICIPIOANO2019ANEXONICO/VAGASCRIDADASPARAOCONCURSOPUBLICO.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2019.

JESUS, Livia Karen Figueredo de. **“Eu sou só a auxiliar”**: uma análise da construção identitária das auxiliares de classe na cidade de Amargosa. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Centro de Formação de Professores, Universidade Federal do recôncavo da Bahia, Amargosa, 2018.

JESUS, Livia Karen Figueredo de. “**É como se fosse um segundo professor**”: uma análise da construção do “não lugar” profissional e da origem dos saberes mobilizados pelos auxiliares de classe. 2021. 139 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021.

ROSEMBERG, Fulvia. Formação do Profissional de Educação Infantil através de Cursos Supletivos. In: BRASIL. **Por uma Política de Formação do Profissional de Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF/DPE/COEDI, 1994, p. 51-63.

Autor 1:



Livia Karen Figueredo de Jesus

Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação da Faced- UFBA. Mestre em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Faced- UFBA. Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Email: livia.karen@hotmail.com zb

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3639856398168443>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0845-4931>

Autor 2:



Lucia Gracia Ferreira

Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Pós-doutorado pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Professora da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-Itapetinga (UESB).

Email: lucia.trindade@uesb.edu.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2208995326703695>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3655-9124>